

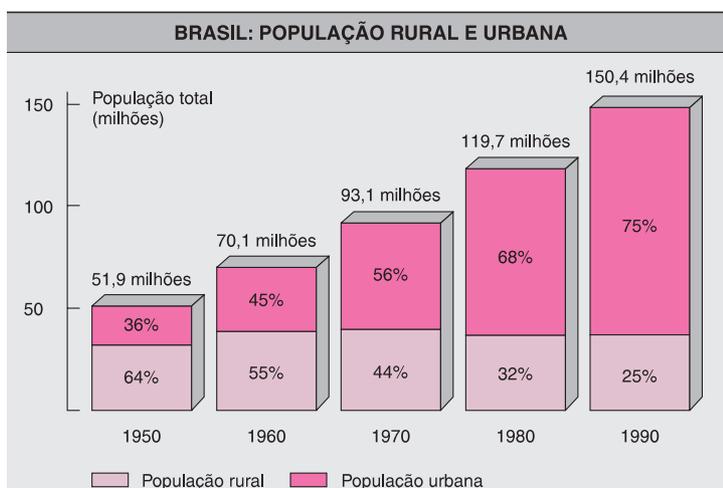
Condomínios e favelas: a urbanização desigual

Nesta aula, vamos estudar a **urbanização** brasileira, que se caracteriza pela rapidez e intensidade de seu ritmo. Vamos compreender como o crescimento das cidades esteve ligado à atividade industrial, gerando **aglomerações urbanas** com diferentes níveis na hierarquia regional. Veremos também que a **pobreza urbana** reflete as desigualdades sociais presentes na economia brasileira.



Qual o papel das grandes cidades no processo de desenvolvimento brasileiro? Como as metrópoles podem ser, ao mesmo tempo, centros de inovações e aglomerados de pobreza?

No Brasil, o mercado unificou a economia urbana em escala nacional. Quanto maior a cidade, maior a possibilidade de multiplicação das atividades informais e das alternativas de sobrevivência para os pobres. Favelas se multiplicam, enquanto as pessoas mais abastadas procuram construir condomínios que lhes ofereçam mais segurança. Explica-se, assim, a expansão do emprego – ainda que rotativo e mal remunerado – na indústria metropolitana, ao contrário do que ocorre nas economias centrais. No caso brasileiro, a periferia cresce com a indústria e com a migração da população de baixa renda. O lugar da riqueza torna-se literalmente o lugar da pobreza.



O Brasil transformou-se em um **país urbano** em poucas décadas, comprimindo no tempo um processo que, em outros países, se fez muito mais lentamente. As áreas urbanas passaram a concentrar, em 1995, mais de 120 milhões de indivíduos, num total de aproximadamente 160 milhões.

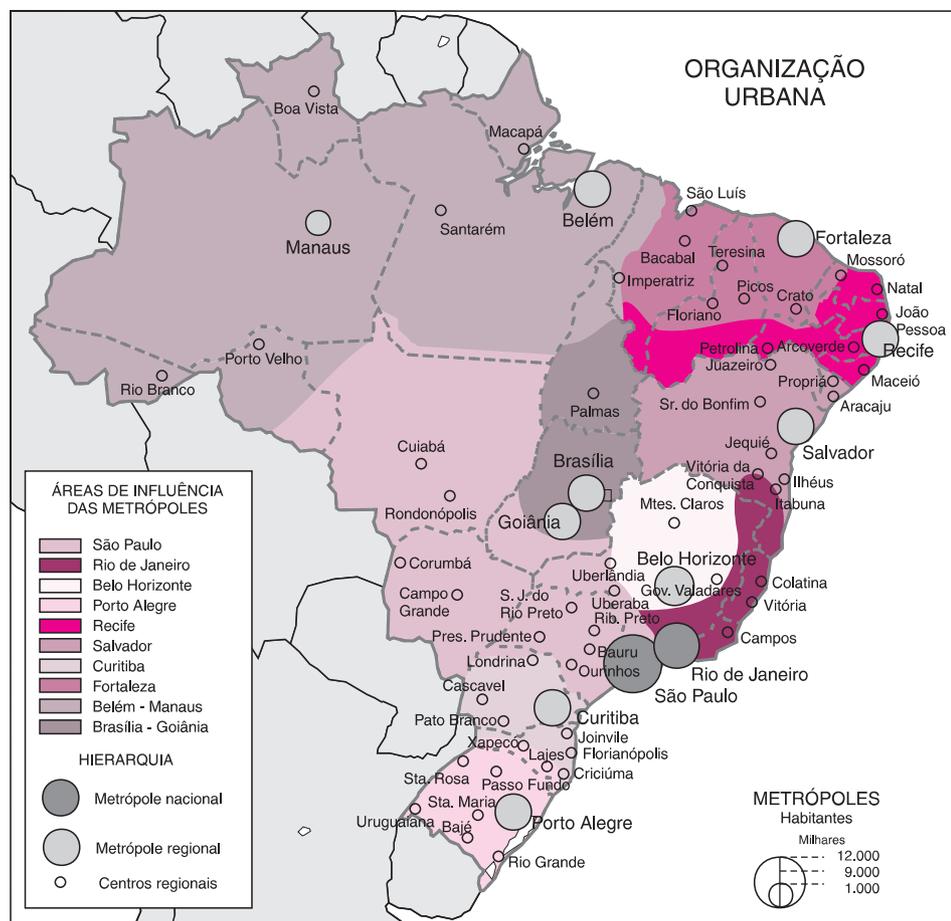


Ao contrário dos países latino-americanos, como os do Cone Sul, que têm urbanização mais estabilizada, o Brasil manifesta um processo extremamente dinâmico, devido, em grande parte, ao próprio crescimento urbano – que não se reduz à mera “inchação” das cidades – mas também à mobilidade de sua população e a uma fronteira móvel.

A partir de 1930, começou a se acelerar o crescimento industrial do eixo entre Rio de Janeiro e São Paulo. Essa área passou a ter um desenvolvimento maior do que as demais, tornando-se o **centro econômico** do Brasil e produzindo bens industrializados de todos os tipos. Os demais Estados tornaram-se mercados consumidores desses bens, fornecendo matérias-primas e alimentos a preços baixos e, principalmente, mão-de-obra barata em grande quantidade. Estabeleceu-se, assim, a relação **centro-periferia**, isto é, áreas que tiveram crescimento econômico diferente mantêm uma relação de dependência entre si.

A indústria foi a grande responsável pela aceleração do processo de urbanização. Como mostra o gráfico, hoje o Brasil é um país predominantemente urbano, com cerca de 75% de sua população vivendo e trabalhando em cidades, em especial nas **metrópoles**.

As metrópoles são cidades que exercem um grande poder de atração sobre as áreas vizinhas. Esse é o caso de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília.



Entre 1950-1990, o crescimento mais significativo ocorreu nas cidades médias e grandes. O total de cidades com mais de 100 mil habitantes passou de 11 para 95, representando 48,7% da população urbana do país.

Dois movimentos complementares caracterizam a urbanização: a acentuação da concentração populacional e a tendência à dispersão espacial.

BRASIL: ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO – 1950/91			
População Ano	População Total	População Urbana	Índice de urbanização %
1950	51.944.397	18.782.891	36,2
1960	70.197.370	31.533.681	44,9
1970	93.139.037	52.084.984	55,9
1980	119.002.706	80.436.409	67,6
1991	146.825.475	110.990.990	75,6

FONTE: IBGE, Censos Demográficos: 1905, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Em termos de concentração, nos anos 70 as regiões metropolitanas aumentaram sua participação relativa (isto é, em relação ao total da população das áreas urbanas) de 25,5% para 29,0%. A indústria teve papel central no crescimento das metrópoles e das aglomerações urbanas imediatamente abaixo desse nível.

Somente as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro – com 12 milhões e 9 milhões de habitantes, respectivamente – juntas respondiam, em 1980, por 75,4% do pessoal ocupado e por aproximadamente 65% do valor da produção industrial em todo o país.

Essas metrópoles recebem apoio de dois tipos de cidade, tanto em relação ao crescimento demográfico quanto à situação de renda:

1. as cidades que correspondem à desconcentração industrial de São Paulo ou à implantação da fronteira científico-tecnológica, isto é, cidades onde se instalam importantes centros de pesquisa e se desenvolvem atividades que utilizam tecnologia de ponta, como é o caso de Campinas e São José dos Campos;
2. regiões metropolitanas com indústrias ou pólos industriais avançados, como Belo Horizonte (metalurgia e material de transporte), Salvador (petroquímica), Curitiba e Porto Alegre (indústrias diversas).

A tendência à dispersão urbana, tanto em termos populacionais como de renda, se faz por três modalidades, movidas por fatores que não se ligam diretamente à indústria, e em geral correspondem a posições de contato entre áreas de economias diversas.

A primeira modalidade é a extensão contínua de centros urbanos a partir da cidade mundial, isto é, uma cidade rica que fornece as tendências de atuação para regiões de agricultura diversificada e regiões basicamente pecuaristas, por onde avança a agricultura moderna da soja e da cana-de-açúcar.

A segunda é a formação de uma ampla frente urbana de interiorização, correspondente às grandes capitais dos Estados do Centro-Norte, que fornecem as tendências de atuação para a urbanização no interior, e funcionam como pontos de contato e intermediação entre as bordas da cidade mundial e as áreas de avanço da fronteira. Papel central na presença de grandes populações e de rendas relativamente elevadas deve-se ao Estado. O maior exemplo dessa situação é Brasília, a capital da geopolítica, que registrou a maior proporção no país da população economicamente ativa urbana nas mais altas classes de renda.

A terceira modalidade da dispersão é característica da fronteira. Inclui centros regionais e locais que servem de suporte para as frentes de expansão agropecuárias e minerais, e inclui também o crescimento explosivo de pequenos núcleos dispersos, vinculados à abertura da floresta ou aos garimpos, que se constituem em locais de reprodução da força de trabalho móvel, razão pela qual muitos desses são também efêmeros, mudando de localização com o deslocamento das frentes.

A urbanização foi sustentada em grande parte por uma maioria de mão-de-obra barata e pobre. E, ainda assim, o trabalho urbano significa ascensão, pois a proporção de trabalhadores na faixa inferior a um salário mínimo foi de cerca de 25%, no Brasil urbano, bem menor do que a percentagem de 38% do país como um todo. Na Região Metropolitana de São Paulo, a proporção de trabalhadores ganhando até um salário mínimo é de 9,2%, na do Rio de Janeiro é superior a 14,0% e na de Belo Horizonte alcança quase 21%.

Crescimento econômico com pobreza crescente, movimentos espontâneos na economia informal e estruturas econômicas formais se complementam para sustentar o crescimento metropolitano. A pobreza, por um lado, constitui um entrave à maior expansão das grandes empresas, pois restringe o crescimento de um mercado interno, consumidor; mas, por outro, permite a proliferação de pequenas fábricas menos capitalizadas e criadoras de emprego.

O mercado unifica a economia urbana e, quanto maior a cidade, maior a possibilidade de multiplicação de atividades informais. Explica-se, assim, a expansão do emprego – ainda que rotativo e mal remunerado – na indústria metropolitana, ao contrário do que ocorre nas economias centrais. No caso brasileiro, a periferia cresce com a indústria e a migração da população de baixa renda. **O lugar da riqueza torna-se literalmente o lugar da pobreza.**

Os dados relativos ao sistema urbano das regiões brasileiras revelam alguns aspectos importantes:

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS E DO DISTRITO FEDERAL NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (VBPI), NA RECEITA DA VENDA DE MERCADORIAS (RVM) E NA RECEITA TOTAL DOS SERVIÇOS (RTS)			
	VBPI	RVM	RTS
Brasil	47,0	46,5	65,4
Norte	11,0	25,6	22,3
Nordeste	58,9	40,4	50,1
Sudeste	52,4	58,9	75,4
Sul	34,1	27,7	43,3
Centro-Oeste (1)	10,8	21,5	55,4

(1) Dados relativos ao Distrito Federal

Fonte: IBGE, Censo Econômico de 1985 e Municípios: Indústria, Comércio e Serviços.

O Sudeste, que é o núcleo original da industrialização, revela a formidável concentração da indústria (52,4%), do comércio (58,9%) e dos serviços (75,4%) nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. É particularmente acentuado o fato de que três quartos das receitas de serviços estão centralizados nas metrópoles, o que é um indicador indireto da elevada concentração urbana da região.

O Sul, dadas as características históricas e geográficas de seu desenvolvimento, apresenta uma estrutura mais dispersa, com maior concentração metropolitana na oferta de serviços.

No Nordeste são nítidos os efeitos territoriais da nova indústria nordestina, cuja produção está fortemente centralizada nas áreas metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza (58,9%), com uma concentração superior à receita dos serviços (50,1%). Isso constitui um efeito peculiar das políticas regionais centradas na indústria como motor dinâmico do desenvolvimento, cujo melhor exemplo está na região metropolitana de Salvador, que detém cerca de 80% do total do valor da produção industrial do Estado da Bahia e aproximadamente 35% do valor total da Região Nordeste.

O Norte e o Centro-Oeste revelam estruturas semelhantes, no que diz respeito ao peso metropolitano da indústria e do comércio, em grande parte por causa do papel de cidades médias, como é o caso de Goiânia e Manaus, que dividem as funções urbanas com os aglomerados metropolitanos de Brasília e Belém, respectivamente.

Dois aspectos devem ser ressaltados: a considerável presença de Belém no comércio regional, atividade tradicional nessa cidade da foz do Amazonas, e o papel de destaque de Brasília, na receita dos serviços da região Centro-Oeste, reforçando sua centralidade na rede urbana regional, em grande parte devido à função de capital federal.

Uma das questões centrais, nesse contexto, é o abastecimento dessas aglomerações metropolitanas, que exige redes de circulação eficientes para manter a oferta de bens agrícolas a esse grande contingente populacional, garantindo, pelo aumento da oferta de alimentos, ganhos relativos nos salários reais.

Esse é um dos problemas centrais de uma política territorial de distribuição de renda, com profundas implicações sociais, conforme se observou nos anos 80: a convivência de grandes safras com elevações constantes nos preços da cesta básica, nos mercados metropolitanos.

As metrópoles tornaram-se também o lugar da **pobreza urbana**, das carências sociais de vários tipos, que se manifestam em **movimentos de posseiros** (sem-terra), em **invasões dos sem-teto** e em **loteamentos clandestinos**. Elas têm os complexos problemas de gestão, comuns às grandes aglomerações urbanas, bem como os problemas específicos das cidades de economias periféricas, o que resulta em elevado potencial de conflitos reivindicatórios de direito à cidadania.

Nesta aula você aprendeu que:

- o Brasil se transformou em um **país urbano**, em poucas décadas, comprimindo no tempo um processo que em outros países se fez muito mais lentamente;
- a partir de 1930, começou a se acelerar o crescimento industrial do eixo entre Rio de Janeiro e São Paulo. Essa área passou a ter um desenvolvimento maior do que as demais, tornando-se o **centro econômico** do Brasil;
- a **industrialização** foi a grande responsável pela aceleração do processo de **urbanização**;
- cerca de 75% de sua população vive e trabalha em cidades, principalmente nas **metrópoles**, que têm um grande poder de atração sobre as áreas vizinhas, como é o caso de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília;
- as metrópoles tornaram-se também o lugar da **pobreza urbana**, das carências sociais de vários tipos que se manifestam em **movimentos de posseiros**, em **invasões dos sem-teto** e em **loteamentos clandestinos**.





Exercício 1

Por que podemos afirmar que hoje o Brasil é um país urbano?

Exercício 2

Por que as metrópoles brasileiras podem ser consideradas lugares da riqueza e da pobreza?

Exercício 3

Assinale a alternativa errada sobre a urbanização brasileira:

- a) A aceleração do processo de urbanização ocorreu principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando também se intensificou a industrialização.
- b) Uma das tendências da urbanização na década de 1970 diz respeito ao aparecimento, no interior, de centros de contato e de intermediação entre as regiões de desenvolvimento urbano-industrial e as áreas de avanço da frente pioneira.
- c) A tendência mais marcante da configuração espacial da urbanização, no período de 1970 a 1980, refere-se ao aumento da concentração urbana nos espaços metropolitanos.
- d) O processo de urbanização no período de 1980 a 1990 estabiliza-se, evidenciando um padrão definido na distribuição espacial da população no território nacional.